

SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO CRIMINAL EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO HABEAS CORPUS nº 0825872-62.2022.8.10.0000 Sessão virtual iniciada em 30 de junho de 2023 e finalizada em 7 de julho de 2023. Embargantes : Antonio Simião dos Santos e Santo da Conceição Silva Advogado : Paulo Sergio Costa Ribeiro Junior (OAB/MA nº 21.742) Embargado : Ministério Público do Estado do Maranhão Procurador de Justiça : Krishnamurti Lopes Mendes França Incidência Penal : art. 2º, §§ 2º, 3º e § 4º, II da Lei nº 12.850/2013, art. 121, § 2º, I, III e IV, art. 121, § 2º, I, III e IV c/c art. 14, II, art. 121, § 2º, I e IV e art. 69, todos do CP Relator : Desembargador Vicente de Castro EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM HABEAS CORPUS. HOMICÍDIOS QUALIFICADOS, TENTADO E CONSUMADOS, EM CONTEXTO DE ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA. TRANSFERÊNCIA DO LOCAL DE CUMPRIMENTO DA MEDIDA CAUTELAR DE COMPARECIMENTO MENSAL AO JUÍZO. COMARCA PRÓXIMA À RESIDÊNCIA DOS EMBARGANTES. OMISSÃO. CONSTATAÇÃO. ACOLHIMENTO. I. Os embargos de declaração são oponíveis quando existentes, na decisão, ambiguidade, obscuridade, contradição ou omissão (CPP, art. 619). II. Nos termos da jurisprudência do STJ, é cabível atribuição de efeitos infringentes aos declaratórios, em situações excepcionais, em que “reconhecida a existência de um dos defeitos indicados no art. 619 do Código de Processo Penal, a alteração do julgado seja consequência inarredável da correção do referido vício, bem como nas hipóteses de erro material ou equívoco manifesto, que, por si sós, sejam suficientes para a inversão do julgado”. (EDcl no AgRg no AREsp nº 1.684.267/DF, Rel.ª Min.ª Laurita Vaz, Sexta Turma, julgado em 15/2/2022, DJe de 25/2/2022). III. Verificada, no caso, a omissão no acórdão altercado, com a necessária mudança do decisum, em face de vício existente, impõe-se a integração do julgado, acolhendo-se os aclaratórios, com efeito modificativo. IV. Embargos de declaração acolhidos, com efeitos infringentes, para alterar o local de cumprimento da medida cautelar de comparecimento mensal ao juízo para a comarca de Caxias, MA, referente aos autos da Ação Penal nº 0006746-61.2019.8.10.0001. ACÓRDÃO Vistos, relatados e discutidos estes autos de Embargos de Declaração no Habeas Corpus nº 0825872-62.2022.8.10.0000 opostos ao Acórdão de ID nº 25438290, unanimemente e de acordo com o parecer da Procuradoria Geral de Justiça, a Segunda Câmara de Direito Criminal acolheu os presentes embargos de declaração, nos termos do voto do Desembargador Relator. Votaram os Senhores Desembargadores Vicente de Paula Gomes de Castro (Relator), Francisco Ronaldo Maciel Oliveira e José Luiz Oliveira de Almeida. Funcionou pela Procuradoria Geral de Justiça a Dra. Regina Lúcia de Almeida Rocha. São Luís, Maranhão. Desembargador Vicente de Castro Relator (HCCrim 0825872-62.2022.8.10.0000, Rel. Desembargador (a) VICENTE DE PAULA GOMES DE CASTRO, 2ª CÂMARA CRIMINAL, DJe 19/07/2023)